



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC n.º 18501/18

RELATÓRIO

Os presentes autos versam sobre a análise da legalidade da **REVISÃO** da **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS** do Senhor **Evandro Alves Torquato**, Inspetor de Segurança, matrícula n.º 87.343-8, então lotado na Secretaria de Estado da Receita, concedida através da Portaria n.º 1.864/2018 (fl. 44), a qual foi expedida pelo Presidente da PBPREV, Senhor Yuri Simpson Lobato, com fundamento no art. 40, §1º, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, com a redação dada pela EC n.º 41/2003, c/c art. 1º da Lei n.º 10.887/04.

Em seu **relatório inicial** (fls.52/57), a Auditoria questionou os cálculos realizados pela autarquia previdenciária, haja vista que o valor do benefício, calculado pela média aritmética simples, foi maior do que a última remuneração do servidor, que seria o teto do benefício, a teor do que estabeleceria o art. 40 § 2º, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003.

Citado para exercer o contraditório e a ampla defesa perante esta Corte (fls. 60), o gestor da PBPREV, Senhor Yuri Simpson Lobato, através do Procurador, Dr. Roberto Alves de Melo Filho, apresentou defesa (fls. 64/94), alegando sinteticamente que: a) o próprio beneficiário optou, expressamente, por aposentar-se pela regra do art. 40, §1º, III, alínea “a”, da CF/88; b) os cálculos proventuais estariam corretos, haja vista estarem embasados em diversas decisões desta Corte de Contas (citou os Acórdãos AC2 TC n.º 01255/12, AC2 TC n.º 0633/12, AC2 TC 02073/16, AC2 TC 03584/15, AC2 TC n.º 02088/15, entre outros); c) a verba questionada pela unidade técnica constaria na base de cálculo das contribuições previdenciárias, de modo que o teto do benefício deveria incluí-la, pois o benefício careceria refletir o valor da contribuição. Ademais, colacionou aos autos decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, acerca da impossibilidade de haver contribuição sem benefício.

A Auditoria analisou a defesa (fls. 102/103), analisou a defesa mantendo integralmente o entendimento exposto no relatório inicial, ou seja, pela irregularidade dos cálculos proventuais.

Instado a se manifestar, o *Parquet* de Contas, através do ilustre Procurador, **Marcílio Toscano Franco Filho**, após substancial fundamentação jurídica, discordou da Auditoria, considerando legal dos cálculos proventuais, nestes termos (fls. 109/113):

Pelo exposto, pugna este representante do Ministério Público de Contas pela legalidade DA REVISÃO ato aposentatório do servidor Sr. Evandro Alves Torquato.

Não foram realizadas as comunicações de estilo.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC n.º 18501/18

VOTO

Antes de proferir seu voto, o Relator tem a ponderar alguns pontos acerca das conclusões a que chegou a unidade técnica de instrução e o Ministério Público de Contas:

1. Como exposto, os analistas desta Corte sugeriram a modificação do fundamento do ato aposentatório, por considerarem que a regra contida no art. 3º, da EC nº. 47/2003 seria mais benéfica ao aposentando, haja vista garantir-lhe direito à paridade e à integralidade, sendo a regra escolhida pela autarquia previdenciária menos benéfica, qual seja, o art. 40, §1º, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC nº. 41/2003. Todavia, a PBPREV demonstrou que houve opção expressa do aposentando por esta regra, haja vista que seus cálculos proventuais seriam feitos pela média aritmética simples das suas contribuições, o que elevaria o valor do benefício.

2. Com razão a PBPREV, pois a obrigação dos RPPS é orientar o servidor e conceder-lhe o melhor benefício, nos termos dos artigos 621 e 627 da Instrução Normativa INNS/PRES nº. 45/2010. Contudo, é garantido o direito de opção ao servidor, que pode escolher aposentar-se por qualquer das regras aposentatórias, desde que tenha preenchido os seus requisitos, conforme estabelece o art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005, nestes termos:

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições: [...]

3. Portanto, acolho as alegações da defesa, no sentido que o ato deve ser mantido com os seus fundamentos.

4. No tocante aos cálculos proventuais, a Auditoria apresentou os argumentos já expostos em processos congêneres, concluindo pela sua incorreção, sob o pressuposto de que o valor do benefício, calculado pela média aritmética das maiores contribuições (considerando 80% de todo período contributivo), foi superior ao valor da remuneração do servidor no cargo efetivo, ou seja, ao teto previdenciário, previsto no art. 40, §2º, da Constituição Federal.

5. A autarquia previdenciária, por sua vez, demonstrou que baseou os cálculos aposentatórios em diversos julgados desta Corte, nos quais houve declaração de legalidade da inclusão de verbas temporárias no teto previdenciário, sobre as quais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC n.º 18501/18

incidiram contribuições, em aposentadorias calculadas pela média aritmética (art. 1º, da Lei 10.887/2004).

6. Assim, tem-se que a regra aposentatória escolhida prevê os cálculos proventuais pela média aritmética das contribuições e as contribuições se deram sobre essa gratificação temporária. Deste modo, por consequência lógica, o valor do benefício irá refletir tal gratificação, o que não resulta em qualquer prejuízo ao aposentando ou ao sistema previdenciário, pois tal regra aposentatória não permite a concessão de benefício superior ao efetivamente contribuído. Desta forma, constata-se que a discussão acerca da exclusão ou inclusão de determinada parcela perde qualquer sentido jurídico, já que o valor do benefício corresponde ao efetivamente contribuído, o que não ocorre nas aposentadoria em que se tem direito a paridade e a integralidade, destaque-se.

7. Com relação à obediência ao teto constitucional de benefícios, que é o cerne do questionamento da Auditoria, observe-se o disposto no art. 40, § 2º, da CF/88:

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

8. Este dispositivo teve sua redação dada pela EC nº. 20/1998, fato bastante elucidativo, pois essa Emenda manteve a INTEGRALIDADE como forma de cálculo para todos os benefícios previdenciários. Pela regra de integralidade, o servidor, que se aposentava com proventos integrais, perceberia, a título de proventos, as parcelas inerentes ao cargo público, mais as parcelas incorporadas a sua remuneração por direito adquirido. Deste modo, o benefício previdenciário não corresponderia ao efetivamente contribuído pelo servidor durante sua vida funcional, razão pela qual parcelas temporárias não poderiam fazer parte dos proventos.

9. A forma de cálculo pela integralidade foi abolida pela Emenda Constitucional nº. 41/2003. Contudo ainda existem servidores que se aposentam com direito à integralidade, por se enquadrarem em regras de transição, como por exemplo as seguintes normas: art. 40 da Constituição Federal de 1988, com a redação originária, art. 40 da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC nº. 20/1998; art. 6º da EC nº. 41/2003, art. 3º da EC nº. 47/2005.

10. Nesses casos, a previsão de teto é necessária, evitando-se “situações polêmicas de promoções concomitantes aos atos aposentatórios e, via reflexa, não desconsiderar a efetiva incidência de contribuição sobre parcelas variáveis”, conforme pugnou o Ministério Público de Contas - MPC.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC n.º 18501/18

11. Para esclarecer melhor a tese, veja-se o disposto no REVOGADO §3º do art. 40, com a redação dada pela EC n.º. 20/1998, o qual previa que o benefício seria a “totalidade da remuneração”:

~~§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/98)~~

12. Como dito, a EC n.º. 41/2003 acabou com a integralidade e a regra atual, art. 40, §1º, III, a, da CF/88, estabelece que os cálculos proventuais devem ocorrer pela média aritmética das contribuições. Esta norma deve se compatibilizar com o previsto no § 3º do art. 40, com a redação dada pela própria EC n.º. 41/2003, que estabelece:

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, 19.12.2003)

13. Assim, para as aposentadorias calculadas pela média aritmética das contribuições não pode ser aplicado o teto do art. 40, §2º, pois esse limitador só tem sentido jurídico para aposentadorias com integralidade, pois, se assim não fosse, poderia ocasionar situações nas quais o servidor teria como benefício valor muito inferior ao efetivamente contribuído durante sua vida funcional.

14. Destarte, o entendimento ora esposado parece melhor se coadunar com o sistema previdenciário constitucional, que é contributivo e solidário; com o princípio de equivalência entre benefício e fonte de custeio; e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quando aduz que “somente as parcelas que podem ser incorporadas à remuneração do servidor aposentadoria podem sofrer a incidência da contribuição previdenciária” (AI 710.361-Ag, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJE 08/05/2009).

15. Ante o exposto, considero legal o ato de revisão de aposentadoria, **fls. 44**, haja vista ter sido expedido por autoridade competente (Presidente da Paraíba Previdência – PBPREV, Dr. Yuri Simpson Lobato), em favor de servidor legalmente habilitado ao benefício (Senhor **Evandro Alves Torquato**), estando corretos os seus fundamentos (art. 40, §1º, III, “a”, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 1º da Lei Nacional nº 10.887/04), o tempo de contribuição líquido (16.317 dias) e os cálculos dos proventos feitos pela entidade previdenciária estadual (média aritmética simples de 80% das maiores contribuições vertidas ao sistema), concedo-lhe o competente registro e determino o arquivamento dos autos.

É o voto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC n.º 18501/18

Objeto: Revisão Aposentadoria

Interessado (a): **Evandro Alves Torquato**

Órgão: **Paraíba Previdência - PBPREV**

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador (es)/Patrono (s): Roberto Alves de Melo Filho (OAB/PB n.º 22.065) e outros

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – REVISÃO DE APOSENTADORIA – PARAÍBA PREVIDÊNCIA - ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE – DISCUSSÃO ACERCA DO TETO DA APOSENTADORIA, QUANDO DO CÁLCULO PELA MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES – REGULARIDADES NA FUNDAMENTAÇÃO DO FEITO E NOS CÁLCULOS DO BENEFÍCIO – OUTORGA DA MEDIDA CARTORÁRIA. *Aos proventos de aposentadoria calculados pela média aritmética simples, nos termos da Lei Nacional n.º 10.887/2004, não se aplica o teto previsto no §2º, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, mas o disposto no §3º, do art. 40, da Constituição Federal de 1988. Exegese do sistema previdenciário constitucional, contributivo e solidário, dos princípios constitucionais previdenciários e de decisões proferidas pelos Tribunais Superiores. Preenchidos os requisitos constitucionais e legais para aprovação do ato de inativação, cabe ao Sinédrio de Contas conceder registro e determinar o arquivamento dos autos.*

ACÓRDÃO AC1 TC 02317 / 2019

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC n.º 18501/18**, referente à Revisão de Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da **Sr. Evandro Alves Torquato**, matrícula n.º 87.343-8, Inspetor de Segurança, então lotada na Secretaria de Estado da Receita, acordam os integrantes da **PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em conformidade com o Relatório e o Voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **DECLARAR a legalidade e CONCEDER o registro ao ato formalizado pela Portaria n.º 1864** (fl. 44), haja vista que o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, não havendo erros nos cálculos proventuais.

Presente ao julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE/PB – Sala das Sessões da Primeira Câmara - Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa

João Pessoa, 05 de dezembro de 2019.

Assinado 6 de Dezembro de 2019 às 10:03



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 5 de Dezembro de 2019 às 11:40



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 5 de Dezembro de 2019 às 12:02



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO